



Sindjus

Quinta-feira • 23 de março • Ano VI

PCS do Judiciário

Na quarta, todos à Comissão de Finanças

O Sindjus convoca os servidores para comparecer em massa à reunião da comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, onde tramita o PL 5845/05, programada para se realizar na próxima quarta-feira (29/03), às 9h, no plenário 4, do anexo 2 daquela Casa.

O Sindjus tem mantido contatos com o relator do PL, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), que disse já estar com o parecer pronto para ser levado à votação, dependendo apenas da sua inclusão em pauta. Geddel já afirmou que, da parte dele está tudo pronto, mas, a presença dos servidores na sessão ajudará a sensibilizar os

demaís deputados que integram a comissão.

Conforme ficou claro durante a realização das assembleias setoriais, é preciso que cada um faça a sua parte no sentido de pressionar pela aprovação do PCS, acompanhando a tramitação da matéria no Congresso, encaminhando e-mails aos parlamentares e procurando conversar com o maior número possível de colegas sobre o assunto. Vamos todos, portanto, à luta, pelo PCS do Judiciário!



**Todos à comissão de Finanças!
Na quarta, 29, às 9h.
Plenário 4, do anexo 2.**

Assembleias continuam até sexta

As assembleias setoriais, que estão sendo realizadas pelo Sindjus desde o último dia 14 de março, continuam acontecendo até a próxima sexta-feira (24/03). Hoje (quinta-feira, 23/03), estão programadas duas delas. A primeira no TST, no auditório do 5º. Andar do Bloco A, às 13h. A segunda, no STM, no auditório daquele tribunal, às 16h.

Na sexta-feira (amanhã, 24/03), as assembleias estão programadas para acontecer em três locais: nas Varas Trabalhistas, às 13h (na entrada do prédio); no STF, às 16h (no auditório do anexo 1); e na PGR, às 17h (no auditório do Bloco F).

Com essas reuniões, o Sindjus fecha um total de 26 locais visitados nas duas últimas semanas para discussão da estratégia de mobilização em prol dos dois PCSs. As assembleias estão sendo realizadas de forma setorializada e abrangem todos os locais de trabalho dos servidores. É preciso, portanto, consciência por parte da categoria de que a participação de todos nas assembleias e posteriormente, nas mobilizações a serem programadas pelo Sindjus - tendo como intuito a aprovação dos PCSs - é extremamente relevante.

Se você ainda não participou, compareça às próximas assembleias e dê sua sugestão de como mobilizar e pressionar pela aprovação dos dois planos (os projetos de lei de número 5845/05 - do PCS do Judiciário - e o de número 6469/05 - referente ao PCS do MPU). Participe da mobilização e se integre aos demais colegas nesta luta, que é de toda a categoria.

Sindjus convoca servidores do MPU para reunião da Comissão de Trabalho

Todos os servidores do MPU também estão sendo convocados pelo Sindjus para a reunião da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP), que será realizada na próxima quarta-feira (29/03), às 10h, no plenário 12, do anexo 2. É nesta comissão que tramita o projeto de lei 6469/05, referente ao PCS do MPU e o momento é considerado estratégico para a categoria, que precisa comparecer em massa ao Congresso e fortalecer a mobilização pela aprovação do PL, mostrando o seu poder de pressão.

Na última reunião que a diretoria do Sindjus e das demais entidades mantiveram com o consultor que está elaborando o parecer sobre a proposta, no início desta semana, ficou claro que

o relatório está praticamente pronto, podendo ser apresentado a qualquer momento à comissão.

De acordo com o que tem sido expressado nas assembleias setoriais pelos próprios servidores, o engajamento de todos no processo é de extrema importância neste momento. É preciso, além de ampla participação nas mobilizações a serem programadas pelo Sindjus, que cada um conscientize os colegas de trabalho sobre a importância do PCS e de todos participarem dos atos em prol do PCS.

Fiquem atentos, portanto, ao chamado do Sindjus. Participem, a partir da próxima semana, da mobilização pelo seu PCS. O momento exige que cada um colabore para intensificar cada vez mais a campanha pela aprovação do plano. Vamos ao PCS do MPU!



Categoria mobilizada quer aprovação dos PCS

Nas assembléias setoriais que o Sindjus vem realizando desde a semana passada, tem sido observado um número cada vez maior de participantes, ao longo dos dias. Durante estes encontros, os servidores têm enfatizado a necessidade de todos marca-

rem presença na mobilização, seja comparecendo em massa às audiências das duas comissões onde tramitam os projetos (a de Trabalho, onde está o do MPU, e a comissão de Finanças, que avalia o do Judiciário), seja chamando a atenção dos deputados sobre a importância dos PCS.

É voz corrente, também, o compromisso que cada um deve assumir, daqui por diante, de participar dos atos a serem programados pelo Sindjus e, ainda, de conversar com os colegas de sala, no sentido de ampliar a conscientização em prol da aprovação dos planos.

Veja aqui o que disseram alguns destes servidores...



“Chegou o momento em que todos precisamos nos mobilizar. Este PCS é muito importante. Se trata de um benefício que vai atender todos os servidores e não apenas um pequeno grupo. Precisamos de um estímulo como esse plano, que corrigirá falhas observadas anteriormente e deixará os servidores num patamar melhor em termos salariais, além de permitir o aprimoramento dos que fazem parte da carreira” - **Sônia Silva, técnica judiciária da Justiça Federal.**

“Os PCSs, não apenas os projetos que estão tramitando como também os anteriores, nos trouxeram uma perspectiva de revisão salarial que foi importante para toda a categoria, mas também se destacam por permitirem aos servidores melhor desempenho profissional. Sobretudo com as novas opções que os atuais projetos oferecem, como medidas que estimulam a carreira como um todo. Nosso trabalho exige um aprimoramento constante, fazemos pesquisa de jurisprudência sempre para a 1ª. Região, para o público externo, atendemos aos tribunais.. Enfim, de um modo geral, todos aqui desenvolvem tarefas que exigem que estejamos sempre nos atualizando e reciclando. E nada mais útil que um projeto que também incentive os servidores a esse aprimoramento e ajude a valorizar a carreira” - **Maria Elza Melo, técnica judiciária do TRF.**



“Acompanhei os três últimos PCSs e considero o projeto atual um grande avanço para a categoria, porque ajusta algumas causas, como a questão salarial, por exemplo, além de buscar uma equiparação de nossa carreira com outras semelhantes. A participação de todos é de extrema relevância. As pessoas precisam se lembrar ou ter em mente que os outros PCSs só conseguiram ser aprovados com muita luta. Ninguém ficou aqui com os braços cruzados esperando que o PCS chegasse facilmente. Este ano é preciso fazer a mesma coisa: todos temos que participar. Quanto mais forte for o movimento, mais chances teremos de conseguir alcançar nosso objetivo” - **Antenor Robson Consta, analista judiciário da Justiça Federal.**



“O PCS é muito bom e precisa ser aprovado, mas ninguém pense que conseguiremos isso sem mobilização. É necessário a participação ampla da categoria neste processo, comparecendo às reuniões da Câmara e aos atos que forem promovidos, daqui por diante” - **Mauro Putini, técnico judiciário do TRF.**

“Precisamos chamar a atenção destas comissões de que o PCS é necessário para a categoria. Se não começarmos a andar e conscientizar a todos sobre a necessidade do PCS vir a ser aprovado, a proposta vai ficar para depois. A hora de pedirmos apoio e agir é agora. Vamos sensibilizar o pessoal que trabalha perto da gente e conversar sobre o assunto” - **Maria Ilene, técnica administrativa do MPDFT.**

“A defasagem da categoria não é maior por conta de outras mobilizações, feitas anteriormente. Temos uma responsabilidade grande perante o trabalho que desenvolvemos, porque as decisões dos ministros contam com a retaguarda dos servidores e nada mais justo que possamos contar com a aprovação de um projeto destes. Afinal, o PCS engloba não apenas questões que envolvem reposição salarial, mas também a valorização e capacitação dos trabalhadores e contribuições para que o serviço do Judiciário passe a ser mais célere e eficiente” - **Adriana Santana, analista judiciária do STJ.**